

## Processos-crime contra alguns líderes políticos pode minar confiança no diálogo e prolongar crise pós-eleitoral

- Quase um mês depois do início dos protestos devido a denúncias de fraude eleitoral que levou o povo às ruas exigindo justiça eleitoral e melhoria das condições de vida, Moçambique está mergulhado num caos sem paralelo na história recente. A crise pós-eleitoral que começou em 21 de Outubro ainda não tem um fim à vista, apesar dos infinitos apelos para o diálogo.



Ontem, terça-feira, 19 de Novembro, numa comunicação ao país, o Presidente da República (PR), Filipe Nyusi, mostrou disponibilidade para dialogar com os quatro candidatos presidenciais nas eleições de 9 de Outubro, nomeadamente: Lutero Simango, do Movimento Democrático de Moçambique (MDM); Daniel Chapo, da Frelimo; Venâncio Mondlane, do partido Povo Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique, e Ossufo Momade, da Renamo. Entretanto, a abertura do PR para o

diálogo está a levantar algumas dúvidas sobre as suas reais intenções. É que, um dia antes da comunicação de Nyusi, o Ministério Público (MP) acusou dois líderes políticos, incluindo Venâncio Mondlane, da prática dos crimes de conspiração para prática de crime contra a segurança do Estado e alteração violenta do Estado. Filipe Nyusi, que é, também, presidente do partido Frelimo, beneficiário da fraude, enquanto PR, tem poderes absolutos, o que lhe permite controlar o Estado e as instituições, incluindo o MP.



## Como negociar com quem, tendo o poder, usa a justiça contra os seus interlocutores?

**N**a sua comunicação ao país, que durou cerca de 40 minutos, o PR mostrou disponibilidade para o diálogo com Lutero Simango, Daniel Chapo, Venâncio Mondlane e Ossufo Momade para se encontrar uma saída para a crise pós-eleitoral em curso que culminou com a morte de 65 pessoas vítimas de balas disparadas pela Polícia durante as manifestações, mais de mil feridos e mais de 4000 pessoas detidas arbitrariamente, parte significativa já em liberdade. As manifestações estão a ter um impacto negativo na economia e nas famílias. A disponibilidade de Nyusi é, de resto, uma resposta ao clamor social para o diálogo, uma resposta que aparece um dia depois de o MP ter anunciado que constitui arguidos algumas pessoas no contexto das manifestações, com destaque para dois líderes políticos, nomeadamente Venâncio Mondlane e Vitano Singano, este último em prisão preventiva.

Vitano Singano, um dissidente da Renamo, é acusado de conspiração num crime de alteração violenta do Estado de direito, em processo que corre termos no Gabinete Central de Combate à Criminalidade Organizada e Transnacional (GCCOT). Segundo este órgão do MP, Singano estaria envolvido na coordenação com um grupo de indivíduos, a monte, incluindo membros das forças de segurança e de partidos políticos, para mobilização e

recrutamento de mais elementos das forças de segurança e de mais indivíduos com experiência militar, sobretudo na condição de reserva, cujo objectivo seria alegadamente assaltar algumas unidades militares e policiais, destruição da Estrada Nacional Nº 1 com recurso a bombas de fabrico caseiro (Cocktail Molotov) e dinamites usados para explosão de rochas na exploração mineira, com vista a impedir qualquer apoio militar ou policial vindo da zona centro ou norte, enquanto se realizava o ataque à Ponta Vermelha.

No mesmo processo é visado o candidato presidencial Venâncio Mondlane, alegadamente da prática do crime contra a segurança do Estado e alteração violenta do Estado de direito. Venâncio Mondlane, o segundo mais votado depois de Daniel Chapo, nas eleições de 9 de Outubro, cujos resultados foram divulgados em 24 de Outubro pela CNE, reclama vitória no escrutínio em causa, daí as manifestações em curso por si lideradas e que estão a ter uma forte adesão do povo, que se mostra disposto a lutar pela justiça eleitoral, pelas liberdades democráticas e pela melhoria das condições de vida.

Sendo o PR, uma figura que controla o Estado e todas as instituições, incluindo o MP e os tribunais, o anúncio do diálogo um dia depois do comunicado da PGR, levanta dúvidas sobre as suas reais intenções. Nyusi é, também,

presidente da Frelimo, beneficiária da fraude. Para além de os processos-crime soarem à arma de arremesso para fins políticos, pode-se estar diante de uma armadilha para atrair Venâncio Mondlane para depois prendê-lo. E não seria a primeira vez que isto acontece em Moçambique. O então PR, Armando Guebuza, ordenou a detenção de António Muchanga logo a seguir a uma reunião do Conselho de Estado. Em Outubro de 2015, a Polícia cercou e invadiu a residência de Afonso Dhlakama, na cidade da Beira, no quadro das conversações para o fim da tensão militar que se seguiu às eleições de 2015. Dhlakama acabava de voltar de parte incerta duas semanas depois de escapar a uma emboscada das forças de segurança em Manica.

É consensual a necessidade de diálogo para o fim da crise pós-eleitoral, mas esse diálogo deve ser feito dentro de um quadro de honestidade, transparência e com os interesses do país e do povo acima de quaisquer outros interesses. Usar o diálogo para agendas de grupos ou como plataforma para se chegar a um ou outro actor para prendê-lo pode levar à escalada da tensão. Mostrar disponibilidade para o diálogo com certos interlocutores ao mesmo tempo que se usa as instituições do Estado contra esses interlocutores mina a confiança, compromete o diálogo e pode prolongar o conflito.






*Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.*

*Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.*

**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** André Mulungo  
**Autores:** CDD  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

